



SINJUFEGO

Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal em Goiás
Filiado à Fenajufe e à CUT

20 anos

Informativo
Ano 20 N. 12
abril / 2010

www.sinjufego.org.br, sinjufego@terra.com.br, Rua 115, qd. F-36, lt. 86, S. Sul. CEP 74085 325. Goiânia-GO. Tel.: (62) 3942.0641

15/04 (quinta - feira): Dia Nacional de Luta contra o PLP 549/2009
Concentração hoje em Brasília, a partir das 9 horas, na Catedral de Brasília

Participe! Use o adesivo alusivo à campanha contra o PLP 549

Todos contra o PLP que congela o salário dos servidores públicos!

Como parte do Dia Nacional de Luta, a Frente Nacional contra o PLP 549/2009, composta por entidades nacionais dos servidores públicos, promoverá um ato **HOJE, EM BRASÍLIA, COM CONCENTRAÇÃO A PARTIR DAS 9 HORAS**, na Catedral. De acordo com o diretor da Condsef (Confederação Nacional dos Servidores Federais) Pedro Armengol, os manifestantes sairão em caminhada da Catedral em direção ao Congresso Nacional, onde realizarão ato público com a participação de

parlamentares e de diversas lideranças sindicais.

Além da intensificação da campanha pela aprovação dos projetos de revisão dos PCSs do Judiciário Federal e do MPU, a plenária do 7º Congrejufe, realizada no final de março em Fortaleza (CE), aprovou a participação da categoria na luta contra o Projeto de Lei Complementar nº 549/2009, que congela o salário dos servidores públicos nos próximos dez anos. O calendário de mobilização, aprovado por unanimidade na tarde de terça-feira (30/03), in-

clui o Dia Nacional de Luta contra o PLP 549/2009, marcado para hoje. As manifestações serão realizadas em Brasília e nos estados e estão sendo organizadas pelas centrais sindicais, CSPB e CNESF.

Precisamos fazer uma campanha forte conta a aprovação desse projeto nefasto, que vai congelar os nossos salários e engessar o serviço público até 2019. A luta pela revisão dos PCSs tem que ser casada com a luta pela derrubada do PLP 549/2009.

Sinjufego pede apoio à Dilma e ao Lula para o PCS 4 e às eleições diretas no Judiciário e MP



Cezar Prazeres e líder do governo, Vaccarezza (aproximadamente 400 Dep. Fed.).

O Sinjufego entregou, no dia 9 de abril, à Dilma Rousseff e ao presidente Lula, documentos em que reivindica apoio ao PCS 4 e às DIRETAS JÁ no Judiciário e MPU. Mais de mil autoridades presentes no ato político que manifestou o indicativo de apoio do PCdob à pré-candidatura de Dilma foram abordadas pelo presidente e pela assessoria do sindicato. Além do contato com ministros, o Sinjufego discutiu os assuntos com o líder do Governo na Câmara dos Deputados, Cândido Vaccarezza (foto ao lado), que colocou o gabinete à disposição da entidade.

É hora de pressão sobre o GOVERNO LULA E O CONGRESSO!!!

Contribuição Sindical (Art. 8º, da CF/1988 - Imposto Sindical)

Em cumprimento a decisão do CJF o sinjufego publicou editais comunicando ao TRE, TRT E JF para recolhimento da contribuição sindical prevista no art. 8, C.F (Imposto Sindical). Veja em www.sinjufego.org.br documentos sobre o assunto.

Somente com Mobilização, PCS será aprovado

Sinjufego participa das atividades em Brasília 14/04

Mais de 250 servidores do Judiciário Federal e do MPU acompanharam, na manhã de quarta-feira (14/04), a sessão da CTASP da Câmara dos Deputados que aprovou o PL 6697/2009, de revisão do PCS do MPU. A Fenajufe e vários sindicatos de base, também acompanharam a sessão e pressionaram os deputados a incluir ainda na quarta-feira (14/04), o PL 6613/2009 (PCS do Judiciário) na pauta. No entanto, o relator deputado Sabino Castelo Branco (PTB-AM) não apresentou o seu parecer referente ao projeto e muito menos esteve na sessão da CTASP.

Por insistência do vice-líder do Governo na Casa, deputado Luiz Carlos Busato (PTB-RS), foi marcada uma audiência pública para o dia 27 de abril, às

14h30, que debaterá o PL 6613/2009. O presidente da Comissão, deputado Alex Canziani (PTB-PR), também se comprometeu com a Fenajufe a colocar o projeto em pauta na sessão do dia 28 de abril.

Sinjufego no Congresso

O secretário da CTASP da Câmara, Mauro Meira, confirmou, em Brasília, ao assessor político do Sinjufego, Renato Rabelo, que o PL 6613/2009 (PCS 4 dos servidores do Judiciário Federal) entrará na pauta de votações da comissão no dia 28 de abril – após a realização da audiência pública agendada para debater o projeto.

O assessor político do Sinjufego, Renato Rabelo, nesta quarta-feira (14/04), os gabinetes das lideranças do PT,

PTB, PMDB, PP, PR e DEM, onde entregou documento que pede apoio à aprovação do PL 6613/2009 (PCS 4 dos servidores do Poder Judiciário Federal) e o manifesto pelas Diretas Já no Judiciário e Ministério Público (respeito aos servidores e seus direitos).

Renato Rabelo também conversou na Câmara com os deputados Luiz Bittencourt (PMDB-GO), João Campos (PSDB-GO), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) e Jovair Arantes (PTB-GO). O assessor político do Sinjufego esteve ainda no gabinete do líder do Governo, Cândido Vaccarezza (PT-SP), para agendar uma audiência com o parlamentar que se disponibilizou a discutir com a entidade estratégias para viabilizar a aprovação do PL 6.613/2009.

Servidores agora têm direito à negociação coletiva

A convenção 151 da OIT foi ratificada pelo senado no dia 30 de março

Norma da OIT que garante negociação entre servidores e governos passa pelo crivo do Congresso.

A 151 estabelece o princípio da negociação coletiva entre trabalhadores públicos e os governos das três esferas - Municipal, Estadual e Federal. O projeto foi enviado ao Congresso Nacional pelo presidente Lula, em fevereiro de 2008, atendendo a reivindicação da CUT.

A Convenção 151 também estabelece os seguintes princípios:

1. Proteção contra os atos de discriminação que acarretem violação da liberdade sindical em matéria de trabalho.
2. Independência das organizações de trabalhadores da função pública face às autoridades públicas.
3. Proteção contra atos de ingerência das autoridades públicas na formação, funcionamento e administração das organizações de trabalhadores da função pública.
4. Concessão de liberação aos re-

presentantes das organizações de trabalhadores da função pública reconhecidas, permitindo cumprir suas funções seja durante as suas horas de trabalho ou fora delas.

5. Instauração de processos que permitam a negociação das condições de trabalho entre as autoridades públicas interessadas e as organizações de trabalhadores.

6. Garantias dos direitos civis e políticos essenciais ao exercício normal da liberdade sindical.



Presidente do Sinjufego Cesar Prazeres, Assessor Político Renato Rabelo, D.G do TRT 18 Marcelo Marques: Passivos, PCS 4, Nomeação de aprovados e criação de cargos.



Dep. Fed. Pedro Wilson compromete-se com aprovação do PCS 4 e fará pronunciamento na camara federal pelas Diretas Já (11,98%, quintos, PCS 4, e etc).

